

ÁREA, ENTRE PANCAS E ÁGUIA BRANCA, ABRIGA 583 FAMÍLIAS AMEAÇADAS DE DESAPROPRIAÇÃO PELO IBAMA

# Governo admite ir à Justiça contra criação de parque

Consulta sobre Parque dos Pontões Capixabas não teria obedecido às regras legais

CLAUDIA FELIZ  
cfeliz@redgazeta.com.br

O Governo do Estado não descarta a possibilidade de ir à Justiça para anular o decreto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, no Norte do Espírito Santo, e garantir a permanência de 583 famílias na área onde o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) criou a unidade de conservação ambiental.

“O decreto de criação do parque foi um equívoco. O Governo do Estado defende a preservação ambiental, mas está solidário aos proprietários rurais”, disse o secretário de Estado da Agricultura, Ricardo Ferraço.

A posição do Governo foi declarada durante uma reunião realizada, em Vitória, entre o governador Paulo Hartung, o próprio Ferraço, uma comissão de agricultores e a secretária de Estado do Meio Ambiente, Maria da Glória Brito Abaurre.

A criação do parque implica a desapropriação da área, de 17,4 hectares, nos municípios de Pancas e Águia Branca, e conseqüente retirada das famílias que nela residem há anos, a maioria descendente de alemães e pomeranos.

**Estudo.** Ricardo Ferraço disse que o decreto que criou o parque, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, não obedece aos requisitos legais necessários. O Ibama realizou consulta pública via Internet e, segundo a presidente da Associação dos Pontões de Pancas e Águia Branca, Patrícia Stur, das 30 pessoas que responderam à consulta, havia morador até dos Estados Unidos, menos dos municípios onde o parque está localizado.

“O correto seria a realização de audiências públicas com moradores. Também não foram feitos estudos prévios, socioeconômicos”, diz



## Área de proteção ambiental é alternativa

Uma das alternativas para os agricultores que ocupam o Parque Nacional dos Pontões Capixabas é uma mudança no tipo de unidade de conservação. Ao invés de parque, seria criada uma Área de Preservação Ambiental (APA), que impediria a exploração mineral - a região possui rochas de granito e beleza cênica que o Ibama quer preservar -, mas permitiria a permanência dos agricultores, mantendo sua atividade agrícola, sem necessidade de remoção das famílias. Os secretários Ricardo Ferraço e Maria da Glória Abaurre apoiam essa medida. O superintendente do Ibama, Ricardo Vereza, por sua vez, diz que ainda este mês o órgão reunirá os moradores e apresentará o resultado do levantamento socioeconômico feito por técnicos do Idaf, do Governo do Estado, na região. Vereza defende a manutenção do parque, mas numa área restrita, num maciço de pedra aliado à área de mata. E o restante, então, seria uma APA.

Ferraço. Será realizado um estudo jurídico e, se necessário, o Governo estadual poderá ingressar na Justiça contra o decreto federal que criou o parque nacional.

O governador vai marcar uma audiência com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para expor a posição do Governo capixaba.

Ao governador Paulo Hartung, os agricultores manifestaram apreensão, diante

da desapropriação de suas terras pelo Ibama.

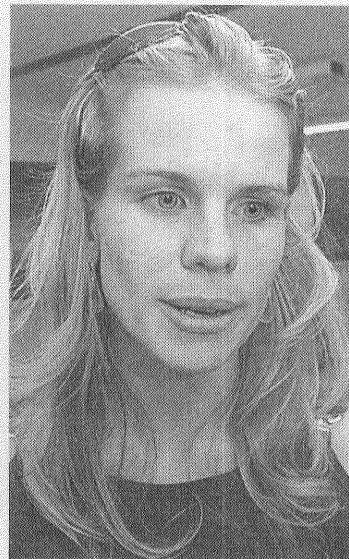
“Sou a quarta geração de descendentes de pomeranos. Meus antepassados estão enterrados lá naquela terra”, disse Cláudio Eggert, 42 anos.

O pastor luterano Darly Paung, 44 anos, diz que na região o clima é de intranqüilidade. “São todos camponezes, trabalham de sol a sol e não aprenderiam a viver em outro local”, diz o pastor.

## OPINIÕES

“A criação do parque foi arbitrária”

**PATRICIA STUR**  
27 anos, presidente da Associação dos Pontões de Pancas e Águia Branca



“A forma como o Governo federal criou o parque foi arbitrária. Nós, que pertencemos a famílias que colonizaram a região, só soubemos da medida em fevereiro de 2003, pela imprensa. Antes disso, lembro bem quando um helicóptero sobrevooou a área. Fizemos uma consulta pública pela Internet. Votaram a favor do parque umas 30 pessoas, gente de outros Estados do Brasil e até dos Estados Unidos. Mas nós, que moramos lá, que nos dedicamos a cuidar daquela terra, não fomos

ouvidos. Fizemos tudo sem nos respeitar. Não podemos aceitar essa medida absurda. A criação do parque tem de ser anulada”. FOTOS: CHICO GUEDES

“O povo está decidido a só sair de lá morto”

**PAULO CÉSAR DOS SANTOS**  
35 anos, produtor rural na área do parque em Águia Branca



“Todo o povo dos Pontões não aceita o parque e está disposto a lutar, decidido a só sair de lá morto. Meu pai mora naquela região há mais de 70 anos. Toda a minha família - tios, primos - mora lá, ocupando, ao todo, uma área de uns 15 alqueires. Num pedaço de terra de dois alqueires e meio moram a minha família, a do meu pai e de meus dois irmãos. Plantamos arroz, feijão e outras culturas e preser-

vamos parte da terra, onde só existe mata. Em volta da área onde o Governo criou o parque, há mais de 1.500 famílias, que também estão bastante preocupadas.”

## Serviço

- No Parque Nacional dos Pontões Capixabas residem 583 famílias
- Ao todo, são 2,2 mil pessoas
- Há cerca de 400 propriedades rurais na região
- 90% são pequenas propriedades, que preservam a Mata Atlântica